

III Fórum do Ato Médico vai debater as prerrogativas médicas e o combate ao exercício ilegal da medicina



Nos dias 6 e 7 de maio, médicos, advogados e estudantes de medicina vão se reunir em Brasília para participar do III Fórum do Ato Médico do CFM. Dividido nos eixos “Combate ao exercício ilegal da medicina e Defesa das Prerrogativas Médicas, o evento vai debater como a saúde dos brasileiros é impactado pela invasão do ato médico por outros profissionais de saúde.

Faça sua inscrição [AQUI](#).

"Estamos esperando todos que trabalham pela proteção da saúde da população. Vamos debater, por exemplo, como devemos proteger a integridade física das pessoas que sofrem sequelas em decorrência de ações de profissionais não-médicos e, também, como os médicos devem agir quando atendem esses pacientes sequelados", explica a 2ª vice-presidente do CFM e coordenadora do Fórum, Rosylane Rocha.

Na manhã do dia 6 será debatido o eixo “Combate ao exercício ilegal da medicina”, que terá como atividade de abertura uma conferência do desembargador da Tribuna de Justiça do Paraná (TJPR) José Américo Penteado de Carvalho, que vai falar sobre a “Agressão às prerrogativas médicas e à Lei do Ato Médico: o que o Brasil tem a perder?”. Em seguida, será assinado o Termo de Cooperação Técnica do Pacto em Favor da Segurança do Paciente e em Defesa do Ato Médico pelas entidades signatárias.

Crimes contra a saúde – A primeira mesa do Fórum vai debater o tema “Exercício ilegal da medicina: como proteger a integridade física da população”, que vai abordar os seguintes temas: “Quando o exercício ilegal da medicina se desdobra em outros crimes”, “Na polícia, a quem recorre: responsabilidade na apuração de denúncias em crimes contra saúde” e “A vigilância sanitária municipal em defesa da assistência segura”. Entre os palestrantes estão confirmados o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Segurança Pública (Consesp), Sandro Avellar e a promotora da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville (SC) Elaine Rita Auerbach.

A segunda mesa terá como tema geral “Repercussões do desrespeito ao Ato Médico para a sociedade: percepções individuais e coletivas”, que vai debater os seguintes assuntos, “Saúde mental e física das vítimas do exercício ilegal da medicina”, “O impacto dos danos causados pelo exercício ilegal da medicina para os sistemas de saúde”, com as visões do SUS, dos planos de saúde e dos agentes de controle e fiscalização.

“Do crime à Justiça: trâmites legais e jurídicos na defesa das vítimas – caminhos possíveis”, é o tema da terceira mesa, que vai debater os seguintes subtemas: “A atuação do Ministério Público no combate ao exercício ilegal da medicina”, “O papel do Judiciário na defesa da população e vítimas do exercício ilegal da medicina” e “A presença e a atuação da Polícia Federal como estratégia de combate ao exercício ilegal da medicina”. Entre os palestrantes, estão confirmados o desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) Diaulas Ribeiro e a promotora do Amapá Fábila Nilce.

O tema da mesa de quarta será o “Atendimento a vítimas do exercício ilegal da medicina”, que irá debater os seguintes assuntos: “Orientação de conduta frente ao exercício ilegal da medicina – um guia do CFM” e “A atuação dos Conselhos Regionais de Medicina – casos de sucesso” e “A visão da vítima do exercício ilegal da medicina. Participarão desta mesa, dirigentes dos Conselhos Regionais de Medicina de Santa Catarina, Roraima e Mato Grosso e representantes dos pacientes.

No horário da tarde, às 13h50, será lançado a plataforma de notificação de eventos adversos provocados por não médicos em procedimentos estéticos e outros privados de médicos. A apresentação será feita pelo 1º secretário e coordenador da Coordenação de Informática do CFM,

Hideraldo Cabeça.

Prerrogativas médicas - O segundo dia (7) vai começar com a mesa “Ameaças às prerrogativas médicas – abusos de autoridade, risco sanitário e ameaças ao sigilo e à privacidade”, que abordará os seguintes subtemas “Abuso de autoridade: uma afronta às prerrogativas médicas”, “Quando as fiscalizações de parlamentares representam sensacionalismo e risco sanitário” e “A necessidade de proteção ao sigilo e à privacidade de médicos e pacientes”.

Os “Direitos dos médicos no exercício da profissão” serão o tema da segunda mesa do dia, que abordará a “Infraestrutura para atendimento e sobrecarga de trabalho”, a “Autonomia médica no atendimento às Testemunhas de Jeová” e o “Direito à publicidade médica”. Entre os palestrantes, servidora do Ministério Público do Trabalho (MPT) e médica fiscal do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), Simone Assalie; o desembargador Renato Dresch, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a coordenadora da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do CFM e membro da Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame), conselheira federal Graziela Bonin.

A última mesa vai debater a “Valorização da medicina e combate à precarização do trabalho médico”, que debaterá os seguintes assuntos: “A formação do especialista” e “O médico como trabalhador: respeito a seus direitos”. Um dos palestrantes será o presidente da Seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Maurício Siqueira. Por fim, será lida a Carta do 3º Fórum do Ato Médico.

Acesso a Unidade de Terapia Intensiva é restrito



Enamed e Exame Nacional de Proficiência em Medicina são avaliações distintas

O Conselho Federal de Medicina (CFM) vê pertinência na iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em lançar o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), que propõe verificar o desempenho acadêmico dos graduandos em medicina anualmente, apesar de não ter nenhum tipo de desdobramento, independentemente do resultado.

Outro pilar fundamental de análise da educação médica, porém, é o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, em que o CFM avaliará os médicos recém-formados antes de autorizá-los a atuar em todos os ambientes de saúde, concedendo o registro profissional.

“Há quase duas décadas, o CFM denuncia a abertura indiscriminada de escolas médicas no País sem a devida observância de critérios mínimos de qualidade, com notas curriculares diferentes, ausência de um número suficiente de mestres e doutores e com campos de prática sem hospitais de ensino e leitos disponíveis”, alerta o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

O estudante de medicina é colocado em um cenário onde não existe menor capacidade de ser treinado: 80% das faculdades de medicina estão em locais sem estrutura mínima formando cerca de 40 mil médicos por ano.

Nesse contexto, cabe destacar ainda que o MEC já aplica o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) a cada três anos também sem resultar em avaliações às instituições com desempenho ruim.

Preocupado com a educação médica no Brasil, o CFM desenvolveu o Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (SAEME-CFM), que atua com critérios da prestigiada World Federation of Medical Education. Dentre as centenas de faculdades de medicina, algumas poucas já receberam o credenciamento do SAEME-CFM, que também já foi oferecido ao governo federal em formato de cooperação para que todos os cursos do País sejam desenvolvidos de maneira desenvolvida e devidamente desenvolvida.

A avaliação do profissional médico é fundamental para a segurança da população e, assim, necessária para a concessão do registro profissional pelo CFM.

Fonte: [Portal CFM](#), em 25.04.2025.